



**AS GEOGRAFIAS PÓS-COLONIAIS E A AFROCENTRICIDADE COMO
ALTERNATIVAS À DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO**

POST-COLONIAL GEOGRAPHIES AND AFROCENTRICITY AS ALTERNATIVES TO THE
DECOLONIZATION OF GEOGRAPHICAL THOUGHT

Letícia Maria Bozelli¹

Carla Holanda Silva²

Claudivan Sanches Lopes³

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é dar visibilidade às teorias das Geografias Pós-Coloniais e da Afrocentricidade, fazendo um contraponto entre as duas formas de descolonização do pensamento geográfico. Este trabalho apresenta também alguns caminhos, sugeridos pelos autores referenciados, que podem ser seguidos pelos professores-pesquisadores em suas práticas de ensino e pesquisa no âmbito geográfico. Notou-se, ao final da pesquisa, que as duas formas se apresentam com abordagens diferentes. Enquanto a Geografia Pós-Colonial busca trazer o local dos pesquisadores do Hemisfério Sul para suas falas, fazendo com que o pesquisador utilize a sua realidade para construir conhecimento e assim romper com a colonização do saber/poder; a Afrocentricidade troca de lugar com a Europa no eixo central de discussão.

Palavras-chaves: Colonização saber/poder, Local de fala, Hemisfério Sul.

ABSTRACT

The main objective of this work is to give visibility to the theories of Post-Colonial Geographies and Afrocentricity, making a counterpoint between the two forms of decolonization of geographic thought. This

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: lebozelli@gmail.com

² Doutora em Geografia pelo programa da Universidade Federal do Paraná. Professora do curso de licenciatura em Geografia da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná). E-mail: carlaholanda@uenp.edu.br

³ Professor Associado na Universidade Estadual de Maringá (Departamento de Geografia) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) nesta mesma Universidade. E-mail: cslopes@uem.br

work also brings some paths, suggested by the referenced authors, that can be followed by the teachers-researchers in their teaching and research practices in the geographic scope. It was noted at the end of the research that the two forms present themselves with different approaches. While Post-Colonial Geography seeks to bring the place of researchers from the Southern Hemisphere to their lines, making the researcher use their reality to build knowledge and thus break with the colonization of knowledge / power; Afrocentricity shifts places with Europe on the central axis of discussion.

KEYWORDS: Colonization of knowledge / power, Place of speech, Southern Hemisphere.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma discussão teórica a respeito da colonialidade do saber/poder, bem como, trazer as contribuições dos autores para uma tentativa de modificação de paradigmas, de forma que mude-se de uma visão eurocêntrica, para uma visão universal, que não centralize apenas um saber/poder.

Ao longo da história linear conceituada por Porto-Gonçalves (2017) o poder exercido pelas metrópoles a partir das Grandes Navegações (XV-XVI) causou um impacto na forma das colônias se organizarem e reproduzirem suas culturas houve, neste momento, um prolongamento do poder das metrópoles por meio da imposição de suas culturas, formas de ver o cosmos.

Tais imposições persistem nos dias atuais, fazendo com que estudos das Ciências Humanas, por exemplo, relacionados à realidade dos países do Hemisfério Sul sejam baseados em estudos eurocêntricos ou norte americanos, este fator dificulta a solução dos problemas enfrentados pelos países sulistas uma vez que as realidades são diferentes.

Neste sentido, este trabalho traz um aprofundamento teórico a respeito da colonialidade, como ela se formou e o que ela representa para a visão de mundo dos países do Hemisfério Sul, bem como, discorre sobre alternativas para descolonizar o pensamento das Ciências Humanas.

DESENVOLVIMENTO

A colonialidade do saber/poder e as alternativas propostas:

A colonização das Américas no século XV e XVI proporcionou enriquecimento aos países europeus, principalmente Espanha e Portugal, que fizeram de suas colônias bases de exploração de riquezas naturais e o cultivo de produtos agrícolas sob a força de trabalho indígena e africano, que era mantida de maneira escravocrata. Contudo, havia o “benefício da civilização” trazida às colônias, da modernidade, este era o discurso dos colonizadores de forma que a cultura e o saber destes fossem enraizados no saber e fazer dos colonizados.

Deste modo, inaugura-se, por um lado, o projeto civilizatório da modernidade, que busca afirmar e celebrar a experiência histórica particular da Europa como sendo algo universal e superior, através de elementos como o racionalismo, o humanismo, a ciência, a ideia de progresso, o Estado, etc. Mas, por outro lado, nesse processo, negaram-se, subalternizaram-se outras matrizes de racionalidades, outras formas de razão, outros projetos civilizatórios, outras cosmovisões, com outros saberes, linguagens, memórias e imaginários. (CRUZ, 2017, p. 16).

Tal cultura europeia radicada permite que mesmo depois da libertação das colônias do poder das metrópoles haja ainda um controle do colonizador por meio desses saberes. É uma forma de dominação fundada na crença de que existe uma “natural” superioridade étnico-racial e epistêmica do europeu sobre outros povos (QUIJANO, 2005). Esta dominação pode ser chamada de colonialidade, que “[...] é um resíduo irredutível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade.” (CRUZ, 2017, p. 15).

Desta forma, a colonialidade do poder, do ser e da natureza não é uma forma de dominação que usa exclusivamente os meios coercitivos para o exercício do poder; não se trata apenas de reprimir os dominados, mas também da instituição e naturalização do imaginário cultural europeu como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade. (CRUZ, 2017, p. 16).

A colonialidade se utiliza de práticas e de artifícios de conquista e imposição de autoridade que imersos no dia-a-dia dos povos colonizados, resulta, em detrimento de

outras práticas culturais, na valorização de tudo aquilo que é europeu. Impõem-se, assim, nas mais diversas áreas da vida humana (na economia, na religião, etc.) o modelo europeu tomado como verdadeiro e único. Quijano (2005, p. 237) situa alguns fatores que proporcionaram a “dominação intersubjetiva” da Europa sobre outros continentes. Ele afirma:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas - entre seus descobrimentos culturais - aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimentos dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente que deu origem à categoria de Oriente. Em terceiro lugar, forçaram - também em medidas variáveis em cada caso - os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como na subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma **colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentidos aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.** (Grifo nosso).

Essa forma de poder exercido sobre o outro, segundo Raffestin (1993, p.52) é perigosa, pois “[...] é aquele que não se vê, ou aquele que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado [...]”. Tornando, portanto, um poder enraizado na aparente simplicidade com que os fatos se apresentam, acarretam num etnocentrismo europeu, uma superioridade naturalizada.

Neste sentido, a dualidade moderno/colonial, superior/inferior transpõe um sentimento de que há uma meta a ser vencida. Lander (2005), afirma que a partir da colonização, todos os povos se tornam lineares na história, onde o ápice de

desenvolvimento cultural, político, econômico e social seja o apresentado pela Europa: “Nessa narrativa, a Europa é – ou sempre foi – simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal” (LANDER, 2005, p. 26).

Essa maneira de pensar o tempo-espaço tem como referências um imaginário e uma ideologia do progresso que se expressa pelas ideias de desenvolvimento, crescimento, modernização e globalização, entre outras que compõe a cosmovisão da modernidade ocidental. (CRUZ, 2017, p.20).

Neste sentido, o arranjo socioespacial fica a mercê de uma sequência temporal onde os “[...] lugares não são considerados genuinamente diferentes, eles estão simplesmente à frente ou atrás numa mesma história.” (MASSEY, 2004 apud CRUZ, 2017, p. 20). Essa unilinearidade, como ressalta Porto-Gonçalves (2017), faz com que outras temporalidades sejam silenciadas, ou seja, nega-se sua legitimidade e possível contribuição à cultura geral e universal produzida pelos seres humanos.

Tal ideia de analisar a história a partir de um tempo linear baseado na narrativa moderno/colonial é uma “imaginação geográfica”, uma forma de analisar o mundo que implica classificar países, regiões, culturas em moderno ou primitivo, “Esse tipo de raciocínio naturaliza essas desigualdades em forma de diferença, impedindo uma reflexão política sobre os processos e as relações que produzem as desigualdades, as diferenças e as hierarquias.” (CRUZ, 2017, p. 22).

Como se busca elucidar com o alcance dos objetivos deste trabalho, o currículo de forma geral e especificamente o de Geografia, universitário e, conseqüentemente, o escolar refletirá a forma como estes conhecimentos produzidos de maneira eurocêntrica serão construídos em suas respectivas instituições.

Neste sentido, os autores do “giro descolonial” criticam a ideia de “Um” conhecimento universal – o europeu, contudo o objetivo não é negar tal pensamento, e sim tomar consciência de que é um lugar específico, portanto diferente de outros lugares. (PORTO-GONÇALVES, 2017). Tal conhecimento universal considerado como único pelos autores dos estudos pós-coloniais é tido como uma violência epistêmica e/ou um epistemicídio. Ao exercer a colonialidade do poder, do ser e do saber há a produção da invisibilidade do outro, impedindo-o de se autorrepresentar, há uma “anulação dos sistemas simbólicos” que interfere na representação das formas concretas, nos registros de memória e experiências. Assim, afirma Cruz (, 2017, p. 18):

Desse processo permaneceu uma profunda colonização epistêmica inclusive no pensamento crítico, que resultou em uma cosmovisão claramente arraigada no eurocentrismo, expresso nas formulações teóricas, na forma como construímos nossos conceitos, na maneira como estabelecemos nossas interpretações, comparações de fenômenos históricos e sociais e, enfim, na maneira de produzirmos conhecimentos, modos de significação e de produção de sentido ao mundo. (CRUZ, 2017, p. 18)

A dualidade moderno/colonial e a linearidade temporal às quais os povos colonizados foram expostos refletem na maneira como o conhecimento é produzido e comunicado nas universidades e nas escolas. Neste sentido, Pelúcio (2012) exemplificando, afirma que se aprende rapidamente nos bancos escolares os lugares geo-históricos e as escritas – inglês, francês e alemão – que são mais evoluídas e universalistas. Por haver um legado eurocêntrico, a compreensão de mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e de suas epistemes nos são negadas. Porto-Gonçalves (2005, p. 10) também corrobora a ideia quando diz que “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”.

Nesta perspectiva, as ciências humanas, Antropologia, Ciências Sociais, História, Filosofia, são construídas e embasadas sob os conhecimentos eurocêntricos de forma a fixá-los e reproduzi-los. A ciência Geográfica, como ciência social, também se constitui em um produto da colonialidade do poder, do saber e do ser. Sendo assim, como afirma Walter Mignolo (2003, apud Cruz, 2017, p.27) a colonialidade do saber “[...] está expressa na construção dos modelos de universidade e dos sistemas educacionais de uma forma geral presentes nos países de origem colonial”, isso resulta no que ele chama de bibliotecas coloniais.

Para romper então com a colonialidade do poder e do saber no âmbito das ciências sociais, neste caso, para se constituir uma **Geografia pós-colonial**, Cruz (2017, p. 28-32) propõe uma agenda para uma geografia descolonial brasileira:

1. O primeiro passo é construir uma geografia pautada nas especificidades e singularidades da formação socioespacial brasileira, pois as formulações teórico-conceituais do pensamento descolonial vêm de países andinos e embora estes tenham familiaridades com o Brasil também concentram importantes diferenças;

2. O segundo desafio é incorporar os conceitos geográficos, não de maneira metafórica, mas com densidade teórico-metodológica no giro descolonial, de maneira que todo patrimônio intelectual acumulado pela geografia passe por esse giro descolonial. Isso se deve principalmente ao fato de os principais autores do pensamento descolonial terem formação em outras ciências – filosofia, sociologia, entre outros;

3. O terceiro desafio é aliar teoria e prática. “As teorias, os conceitos e as interpretações do pensamento descolonial precisam dialogar com a diversidade de experiências de lutas sociais concretas” (p. 30).

4. O quarto desafio é questionar a utilização de uma leitura macroescalar a qual os pensadores descoloniais são adeptos. Sugere-se, pois, que é necessário a construção de uma leitura multiescalar [...]“que seja capaz de compreender a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza em termos macro e micropolíticos, tanto termos de elementos estruturais como através das práticas e experiências cotidianas”(p. 31).

5. O quinto desafio diz respeito ao rompimento da forma como se faz e se produz o conhecimento, linguagens acadêmicas, formas de comunicação, metodologias.

6. O sexto desafio põe em cheque a dimensão do sensível. “Os potenciais imagético, metafórico, narrativo e sonoro são essenciais para construirmos o exercício cotidiano de descolonização do poder, do saber, do ser e da natureza.” (p. 32).

7. E finalmente, o autor afirma a impossibilidade de pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica como também, didático-pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações, etc. Para o autor, “A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogias descoloniais.” (p. 32).

Desta forma, ao reformular-se textos e discursos colonialistas afirma-se novas subjetividades, novos espaços que desafiam a “metageografia global”, é neste sentido a afirmação de novas políticas de lugar (PIMENTA; SARMENTO; AZEVEDO, 2007).

Neste sentido, faz necessário que se redefina a geopolítica do conhecimento, mudando o *locus* de enunciação. Desta feita, Mignolo (2003) afirma que existe estreita

relação entre a episteme e o *locus* geopolítico de enunciação: “o que se fala, quem fala e de onde se fala”. Logo, “[...] as geografias pós-coloniais são geografias corporizadas, localizadas num tempo e lugar específico que se encontram implicadas em programas políticos concretos” (PIMENTA; SARMENTO; AZEVEDO, 2007, p.14).

Questionando, de modo semelhante, à construção histórica baseada na eurocentricidade, na qual a história dos povos antigos e indígenas é narrada partindo da própria história da Europa com seus valores, sistemas e tradições, o **paradigma afrocentrado** defende que é possível recontar fatos desvelando todo este discurso hegemônico que serve apenas ao sistema socioeconômico vigente. Este paradigma afrocêntrico surge a partir da consciência política do povo africano “[...] que existia à margem da educação, da arte, da ciência, da economia, da comunicação e da tecnologia tal como definidas pelos eurocêntricos” (ASANTE, 2009, p. 94).

O paradigma afrocentrado ganha corpo na América por meio das revoluções haitianas. A luta pela independência e a resistência ao racismo faziam emergir intelectuais negros, livres ou ainda escravos nas Américas e na Europa, que por meio da literatura ou estudos científicos criticavam o colonialismo europeu (FINCH III; NASCIMENTO, 2009). Os debates afrocêntricos se aprofundam nos anos de 1960 inspirados pelo movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos da América (do Norte), bem como pelos teóricos pan-africanistas, contudo, é apenas com a publicação do livro “Afrocentricidade: a teoria da mudança social” de Molefi F. Asante que a abordagem ganha um caráter teórico sistematizado (RABAKA, 2009).

Na perspectiva de Asante (2009, p. 93),

[...] a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.

Trata-se de reparar o conhecimento já produzido, mas também sobre a própria vivência em sociedade. A afrocentricidade busca romper com a “supremacia branca” por meio do intelecto, neste sentido a importância do processo educativo, no qual se busca firmar na própria cultura e história africana, “Assim, a afrocentricidade surgiu como um novo paradigma para desafiar o eurocentrismo [...]” (MAZAMA, 2009, p. 114) Deste modo, sublinha-se a questão da conscientização acerca do poder de “agência” dos povos africanos em questões econômicas, políticas, culturais e sociais, a qual, uma vez em sintonia com esta prática não há espaço para a marginalidade (ASANTE, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A perspectiva teórica denominada de “Geografias Pós-coloniais” e o “paradigma da afrocentricidade”, aqui brevemente apresentadas, inserem elementos importantes nos debates relacionados à educação étnico-racial de modo geral e, muito especialmente, no papel que o ensino de Geografia pode desempenhar nesse processo. Evidenciam, neste sentido, como uma educação geográfica pós-colonial pode oferecer elementos de reflexão para questionar e desconstruir estereótipos negativos que são atribuídos a diferentes povos, mas especialmente, aos negros e ao continente africano e com isso sensibilizar e orientar os educandos a entenderem as complexidades das diversas visões de mundo.

Defende-se aqui, entretanto, na mesma direção do pensamento de Porto-Gonçalves (2017) que não é desejável negar ou rechaçar, como tal, o pensamento europeu e, sim, questionar seu pretensão valor como critério único para validar e legitimar conhecimentos, ou seja, o questionamento crucial é a exclusividade da perspectiva eurocêntrica. Não se trata, portanto, de substituir um paradigma pelo outro - eurocêntrico por afrocêntrico, pois a ideia de centralidade deixa implícita, conseqüentemente, a ideia de marginalidade. Desta forma, busca-se com tais proposições, dar visibilidade às epistemes historicamente marginalizadas e que agora se manifestam.

REFERÊNCIAS:

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In. NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Geografia e Giro Descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

FINCH III, C. S.; NASCIMENTO, E. L. Abordagem afrocentrada, história e evolução. In. NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 37-69.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MAZAMA, A. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-127.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**. v.2, n.2, p. 395-418.

PEINADO, M. R. S. S. O ensino do *trivium* e do *quadrivium*, a linguagem e a história na proposta de educação agostiana. **Imagens da Educação**, v.2, n.1, p.1-10, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/viewFile/15808/8702>> Acesso em: 10 Jan. 2018.

PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. As geografias culturais pós-coloniais. In: AZEVEDO, A. F. et al. **Geografias Pós-coloniais: Ensaio de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

_____. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RABAKA, R. Teoria crítica africana. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 129-146.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993